

Novos Airbus A350 custam 1,3 mil milhões à TAP

Ministro confirma que Portugal está em negociações para fabricar componentes para a construtora

INÊS SEQUEIRA

O valor de investimento líquido da TAP na compra dos 12 novos aviões A350 para a frota de longo curso, contratado com a Airbus, totaliza cerca de 1,3 mil milhões de dólares, anunciou ontem na Assembleia da República o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino. Em causa está uma decisão para quase metade do valor de tabela destes aparelhos – que ronda os 150 a 170 milhões de dólares, quando o preço firme saído das negociações é de 80 a 90 milhões de dólares por cada avião, especificou por seu turno o secretário de Estado adjunto, Paulo Campos.

“Estes valores permitem iniciar que Portugal conseguiu condições muito vantajosas” nas negociações com o fabricante aeronáutico europeu, sublinharam os mesmos responsáveis, que falavam numa audição requerida pelo PCP, no âmbito da Comissão Parlamentar de Obras Públicas e Transportes. Os novos aparelhos só deverão chegar à companhia aérea a partir de 2013, confirmou ontem Mário Lino, pelo que entretanto a TAP irá adquirir cinco aviões A330. Estes deverão mais tarde ser trocados pelos A350.

Mário Lino afirmou também que o Governo “já estabeleceu contactos no sentido de tentar atrair investimentos na área de fabricação de componentes aeronáuticos”, sublinhando que este é um processo “em curso”. No entanto, o facto

Agentes de viagem terão portal TAP em Abril

Os agentes de viagens deverão ter um portal da TAP em Abril de 2006, no qual poderão aceder a tarifas competitivas com as empresas de voos de baixo custo. No encerramento do XXXI Congresso Nacional da Associação Portuguesa dos Agentes de Viagem e Turismo, a decorrer em Maputo (Moçambique), Luiz Gama Mór, vice-presidente executivo de Marketing e Vendas da companhia aérea portuguesa, defendeu a criação desse portal como “ferramenta indispensável” para enfrentar a concorrência. O portal terá alguns conteúdos exclusivos e “promoções muito agressivas”, mas os responsáveis pela criação deste sítio na Internet estão a rodear o seu lançamento com muitas cautelas, até porque já têm o exemplo de outras companhias cujas experiências nesta matéria não foram bem sucedidas.

de a Airbus ter capitais de várias nacionalidades, nomeadamente franceses e alemães, “dificulta” esta questão.

De acordo com declarações recentes do fabricante aeronáutico europeu, Portugal é um dos países que poderão ser seleccionados para fabricar partes do futuro A350, em regime de subcontratação. O ministro ressalvou ontem, todavia, que a negociação para a compra dos novos aviões foi “essencialmente uma discussão comercial”, uma vez que não se tratava de “negociações Estado a Estado” como sucede na aquisição de equipamentos de Defesa. “Mas, apesar disso, não se trata também de umas empresas quaisquer”, concluiu.

VarigLog e VEM com “valores muito altos”

Quanto à entrada da TAP na companhia brasileira Varig, tema do requerimento do PCP, Mário Lino indicou que “primeiro será necessário concluir com sucesso a fase de compra das participadas de manutenção e de carga aérea do grupo, a VEM e a VarigLog”, para depois o Governo se debruchar sobre essa segunda etapa. O ministro lembrou que as auditorias independentes já realizadas pelos brasileiros, antes do acordo com a TAP, apontam para “valores de avaliação muito altos das duas empresas”, que rondam 116 a 375 milhões de dólares, no caso da VEM, e 117 a 532 milhões de dólares quanto à VarigLog. Se até meados de Dezembro surgir uma oferta concorrente ao valor de 62 milhões de dólares avançado pelo consórcio da TAP e da GeoCapital (Stanley Ho), a transportadora terá de decidir se acompanha ou não a nova proposta. ■

Londres desafia parceiros da UE com redução do Orçamento

Cortes que a presidência britânica está a preparar podem chegar aos 25 mil milhões de euros e atingir mais os novos Estados-membros

ISABEL ARRIAGA E CUNHA, BRUXELAS

A presidência britânica da União Europeia (UE) prepara-se para desafiar, na próxima semana, os outros países europeus com uma forte revisão em baixa dos montantes propostos para o orçamento europeu dos próximos anos, que afectará sobretudo os novos estados-membros do Leste.

As intenções do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, começaram a ser divulgadas nos últimos dias por vários jornais ingleses, como se tivesse a intenção de começar a preparar os parceiros para baixarem as expectativas se quiserem um acordo sobre o quadro orçamental plurianual da UE entre 2007 e 2013, na cimeira de líderes marcada para 15 e 16 de Dezembro.

A ideia da presidência, segundo as notícias publicadas, passa por uma alteração significativa da proposta de compromisso que foi apresentada em Junho pela então presidência luxemburguesa da UE e que fixava o orçamento para os sete anos no equivalente a 1,06 por cento da riqueza comunitária, ou 871 mil milhões de euros durante os sete anos. Londres, que herdou em Julho a presidência semestral rotativa da UE, pretende baixar o montante global para um valor entre 1,02 e 1,03 por cento do rendimento nacional bruto (RNB) dos Vinte e Cinco, o que implica um corte de 20 a 25 mil milhões de euros (cerca de um sexto do Orçamento português) face ao pacote luxemburguês.

A presidência conta apresentar a nova proposta no próximo dia 5, apenas dois dias antes de um conclave especial dos ministros dos Negócios Estrangeiros crucial para preparar as discussões dos líderes uma semana depois.

A dificuldade do exercício é que a esmagadora maioria dos governos tem insistido em que o valor final do orçamento deverá ficar muito próximo da proposta luxemburguesa, sem o que não haverá acordo. Mas Blair, que impediu a conclusão do acordo em Junho, insiste em que o valor então proposto é excessivo, exigindo a sua redução como condição para aceitar qualquer alteração do seu mecanismo

ALBERT GEAREUTERS



Tony Blair prepara-se para novo ciclo de contestação na UE

de desconto orçamental, mais conhecido por “cheque britânico”, e que constitui o verdadeiro obstáculo das negociações.

Tudo indica que as poupanças defendidas pelos ingleses seriam conseguidas sobretudo à custa de uma redução dos montantes dos fundos estruturais de apoio ao desenvolvimento dos novos estados-membros do Leste. Segundo um responsável europeu, o método passaria pela redução da percentagem do RNB nacional que estes países poderão receber de ajudas europeias.

Na sua proposta original, a Comissão Europeia pretendia limitar o fluxo dos fundos a quatro por cento do RNB de cada um dos beneficiários, um limiar que o compromisso luxemburguês reduzia ligeiramente e ao qual Londres pretende agora aplicar um

corte suplementar.

A redução deste limiar não afecta Portugal, que, apesar de ser um importante beneficiário de fundos estruturais, recebe da UE menos de três por cento do seu RNB. Mas, explicou o mesmo responsável, a proposta britânica incluirá igualmente uma redução dos fundos para o desenvolvimento rural, o que já poderá afectar a promessa implícita no compromisso do Luxemburgo segundo a qual Portugal poderia aspirar a um envelope global de 21,3 mil milhões de euros durante os sete anos. Este valor é 15 por cento inferior ao pacote de fundos que o país recebe ao abrigo do actual quadro orçamental plurianual 2000-2006, o que significa que o montante final poderá ser ainda mais curto.

Os cortes defendidos pelos britânicos parecem obedecer sobretudo a uma estratégia de avançar com a pior solução possível de modo a obrigar os parceiros a baixar expectativas e ganhar alguma margem de manobra para a melhorar ao longo das negociações até um nível próximo, embora sempre mais baixo, do que foi avançado pelo Luxemburgo.

Pelo caminho, os ingleses esperam desviar as atenções dos parceiros sobre o seu “cheque” que todos exigem reduzir por considerarem que o seu montante de 5,1 mil milhões de euros anuais está hoje totalmente desajustado face à realidade do orçamento europeu e do nível de riqueza do Reino Unido. ■

BRUXELAS QUER REDUÇÃO DE 20 POR CENTO NAS PESCAS

Quotas para 2006 abarcam espécies que são fundamentais para a frota nacional

A Comissão Europeia apresenta amanhã a sua proposta de Totais Admissíveis de Pesca (TAC) para os mares da União Europeia, em 2006, que prevê reduções que vão até aos 20 por cento para as espécies pescadas pelos portugueses.

Um documento de trabalho apresentado às Associações de Armadores a que a agência Lusa teve acesso, em Bruxelas, prevê reduções de 10 por cento nas capturas permitidas de lagostim, 15 de carapau, tamboril e biqueirão, e 20 por cento de badejo.

No caso de outras espécies importantes para os pescadores portugueses, Bruxelas pretende manter o esforço nas capturas de linguado, solha, arinca e maruca e propõe um aumento de 12 por cento no caso da pescada e cinco no sardo. Segundo fonte comunitária, a Comissão Europeia pretende que o aumento no TAC de pescada seja limitado por uma diminuição no esforço de pesca mensal de 23 para 21 dias.

As propostas da Comissão Europeia dizem respeito a cerca de 130 espécies de peixe que Bruxelas considera estar “gravemente ameaçadas de esgotamento”. As duas espécies mais importantes para os pescadores portugueses do ponto de vista económico não estão sujeitas a limites de pesca: polvo (35 milhões de euros de vendas nas lotas portuguesas em 2004) e a sardinha (31 milhões de euros). A seguir vêm o carapau (19), linguado (11), pescada (sete), peixe espada preto (seis), lagostim (seis) e choco (5,5).

O executivo comunitário defende que pretender proteger os stocks biológicos são, preservando, na medida do possível, a actividade económica das frotas de pesca europeias.

Os números apresentados a nível informal aos armadores europeus ainda estão sujeitos a alteração até quarta-feira.

Segundo a Comissão Europeia, o projecto tomou em consideração os pareceres científicos do Conselho Internacional para a Exploração do Mar e do Comité Científico, Técnico e Económico. O Instituto Português de Investigação Marítima participou nos trabalhos que levaram à elaboração dos referidos pareceres científicos.

Uma decisão final sobre os TAC para cada espécie e a quota para cada estado-membro será tomada na reunião dos ministros das Pescas que se reúne a 20 e 21 de Dezembro, em Bruxelas. ■ LUSA

A COMPARAÇÃO

A PROPOSTA DO LUXEMBURGO

O documento apresentado pela anterior presidência da UE (Luxemburgo) fixava o orçamento no equivalente a 1,06 do rendimento nacional bruto (RNB) dos 25 – 871 mil milhões de euros

A PROPOSTA BRITÂNICA

Londres pretende baixar a despesa para entre 1,02 e 1,03 por cento, o que representa um corte entre 20 mil e 25 mil milhões de euros